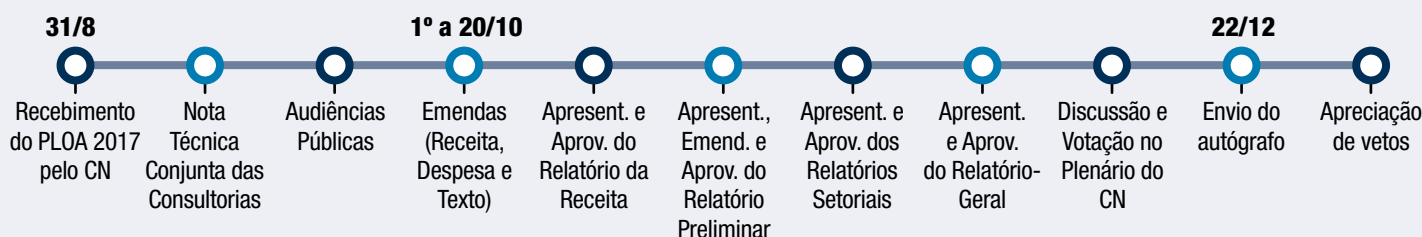


PLOA 2017

Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2017 - PLN 18/2016



1 2 3 Etapas de tramitação do PLOA 2017



1. VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS QUE AFETAM RECEITAS E DESPESAS

DESCRIÇÃO	2016	2017	
	REL. AVAL. 3º BIM	PLOA	REL. FOCUS
PIB (R\$ bilhões)	6.247,9	6.821,9	-
Crescimento Real do PIB (%)	-3,1	1,6	1,2
IPCA Acumulado (%)	7,2	4,8	5,1
Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)	3,5	3,4	3,4
Taxa de Juros Selic (Média)	14,0	12,1	11,9
Crescimento da Massa Salarial (%)	3,3	7,4	-
Salário Mínimo (R\$)	880,0	945,8	-
Reajuste do Salário Mínimo (%)	11,7	7,5	-

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bim./2016, PLOA 2017 e relatório Focus do Banco Central de 26/8/2016.

As projeções do governo para 2017, quanto ao crescimento do PIB e às expectativas de inflação para 2017, mostram-se ligeiramente otimistas em relação às expectativas

do mercado constantes do relatório Focus de 26/08/2016, divulgado pelo Banco Central.

2. PRINCIPAIS COMPONENTES

R\$ bilhões

DESCRIÇÃO	PLOA 2017		REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		PLOA 2017 (LÍQUIDO DE REFINANCIAMENTO)	
	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS	RECEITAS	DESPESAS
Orçam. Fiscal e da Seg. Social	3.399,5	3.399,5	946,4	946,4	2.453,1	2.453,1
<i>Fiscal</i>	2.731,4	2.461,4	946,4	946,4	1.785,0	1.515,0
<i>Seguridade Social</i>	668,1	938,1	0,00	0,00	668,1	938,1
(+) Orçam. Invest. das Estatais	89,8	89,8	0,00	0,00	89,8	89,8
(=) Total do Projeto	3.489,2	3.489,2	946,4	946,4	2.542,8	2.542,8

Fonte: Texto do PLOA 2017 e SIOP BI Gerencial/SOF

A receita total dos orçamentos fiscal e da seguridade social alcança R\$ 2.453,1 bilhões (líquidos do refinanciamento

da dívida), sendo R\$ 1.474,5 bilhões (60%) de receitas correntes e R\$ 978,5 bilhões (40%) de receitas de capital.

3. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL¹

DESCRIÇÃO DO ITEM	REALIZADO 2015		REPROG. 2016		PLOA 2017	
	R\$ BI	% PIB	R\$ BI	% PIB	R\$ BI	% PIB
I - Receita primária total	1.248,6	21,15	1.276,1	20,42	1.409,6	20,66
II - Transferência por repartição de receita	197,5	3,35	199,0	3,18	222,9	3,27
III - Receita primária líquida (I-II)	1.051,1	17,80	1.077,1	17,24	1.186,7	17,40
IV - Despesas primárias	1.142,2	19,35	1.231,7	19,71	1.326,3	19,44
Pessoal e encargos sociais	238,7	4,04	262,1	4,19	285,5	4,19
Previdência	440,1	7,45	507,8	8,13	562,4	8,24
Outras despesas obrigatórias	345,7	5,85	334,4	5,35	357,6	5,23
Despesas discricionárias	117,7	1,99	127,4	2,04	120,8	1,78
V - Resultado primário (regime orçamentário) (III-IV)	-91,1	-1,54	-154,6	-2,47	-139,6	-2,05
VI - Outros fatores que afetam o resultado primário	7,1	0,12	10,2	0,16	12,1	0,18
VII - Ajustes de regime de caixa/orçamentário/ajuste metodológico	-18,5	-0,31	-5,7	-0,09	12,6	0,19
VIII - Resultado primário do Governo Central - abaixo da linha (V-VII+VIII)	-116,7	-1,98	-170,5	-2,73	-139,0	-2,04
IX - Meta de resultado primário do Governo Central	-118,7	-2,01	-170,5	-2,73	-139,0	-2,04
X - Juros Nominais (regime de competência)	-397,2	-6,73	-291,2	-4,66	-321,4	-4,71
XI - Resultado nominal do Governo Central (VIII + X)	-513,9	-8,70	-461,7	-7,39	-460,4	-6,75

Fonte: Mensagem Presidencial do PLOA 2017. ¹ O conceito de governo central abrange os orçamentos fiscal e da seguridade social da União.

O PLOA 2017 considera a meta de déficit primário de R\$ 139,0 bilhões, prevista para o exercício financeiro no Substitutivo do PLDO 2017, em fase final de votação no Plenário do Congresso Nacional. Desconsidera, todavia, a

interferência de prováveis autorizações de gastos que serão transferidas para 2017 (estoque de restos a pagar e/ou reabertura de créditos adicionais).

4. TETO DE GASTOS

O teto de gastos, objeto da PEC nº 241/2016 e previsto no Substitutivo do PLDO 2017, foi considerado na elaboração do PLOA 2017. O limite calculado conforme a metodologia definida nas referidas propostas equivale a R\$ 1.281,1

bilhões. No entanto, o total das dotações destinadas a despesas primárias no projeto, efetuadas as exclusões devidas, alcança R\$ 1.280,0 bilhões, o que representa uma folga de R\$ 1,1 bilhão em relação ao limite.

5. ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL POR NATUREZA DA DESPESA

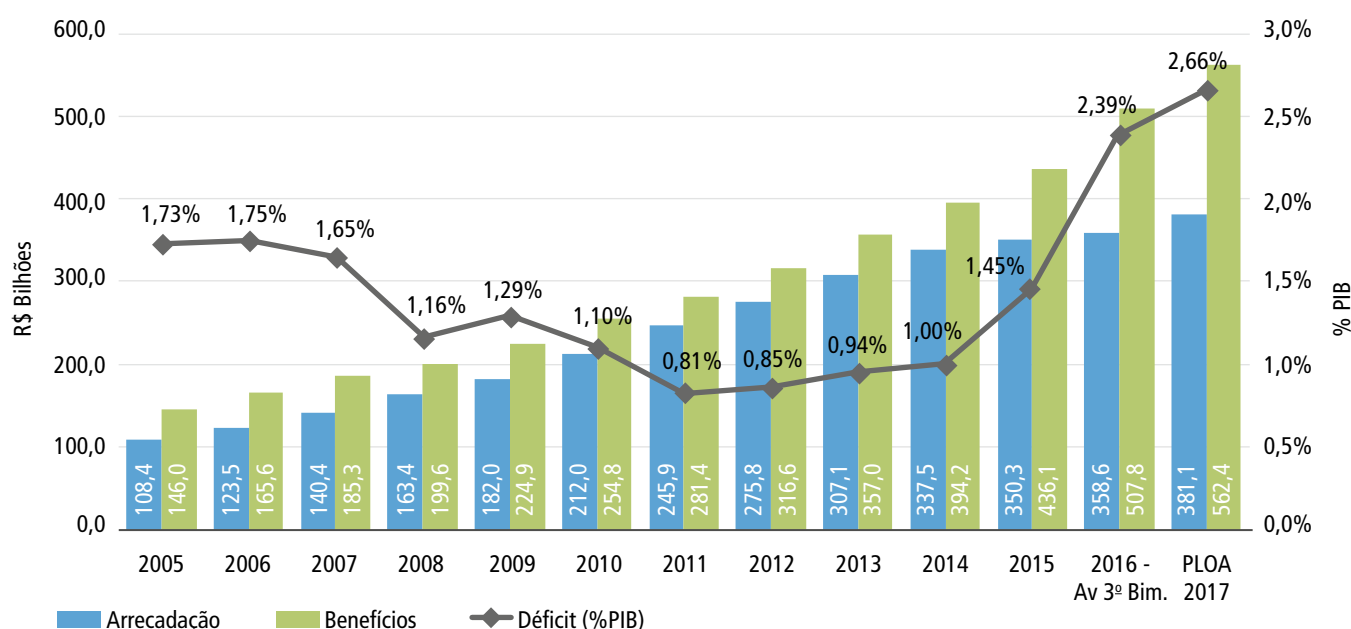
R\$ bilhões

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADO 2015	AUTORIZADO 2016	PLOA 2017
1 - Pessoal e encargos sociais	256,5	277,2	306,9
3 - Outras despesas correntes	1.053,6	1.117,8	1.200,9
4 - Investimentos	37,6	46,1	39,3
5 - Inversões financeiras	72,2	87,9	82,0
9 - Reserva de contingência	-	86,6	48,2
Recursos livres	-	6,9	21,2
Recursos próprios e vinculados	-	79,7	26,9
Subtotal 1 (despesas exceto serviço da dívida)	1.419,8	1.615,6	1.677,2
2 - Juros e encargos da dívida	208,4	304,1	339,1
6 - Amortização da dívida	753,9	1.044,8	1.383,2
Subtotal 2 (serviço da dívida)	962,2	1.348,9	1.722,3
Total da Despesa	2.382,0	2.964,5	3.399,5

Fonte: PLOA 2017 e SIOP BI Gerencial/SOF.

Relativamente aos valores autorizados em 2016, sobressai despesas com pessoal (GND 1) de 10,7%.
o fato de que, em termos nominais, houve acréscimo de

6. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

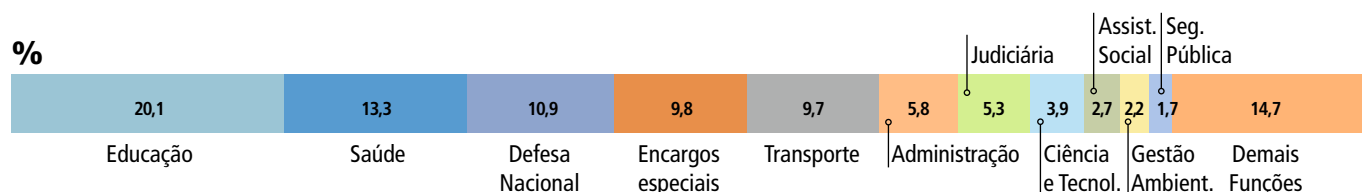


Fonte: Mensagem do PLOA 2017. * Valores efetivamente arrecadados e pagos de 2005 a 2015, estimativas de arrecadação e pagamento constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre para 2016 e receitas e despesas encaminhadas no PLOA para 2017.

A necessidade de financiamento do regime geral da previdência social, em percentual do PIB, apresentou tendência de queda entre 2005 e 2011. A partir de 2012, os déficits anuais são crescentes, comportamento que se

mantém na proposta orçamentária para 2017. Após um período de maior aceleração do crescimento do déficit entre 2014 e 2016, estima-se um aumento menos acentuado para 2017.

7. DESPESAS DISCRICIONÁRIAS POR FUNÇÃO

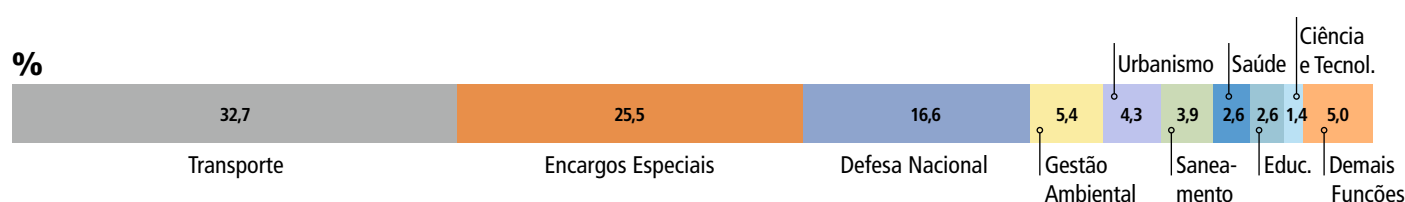


Fonte: SIOP BI Gerencial/SOF.

As despesas discricionárias dos orçamentos fiscal e da seguridade social totalizam R\$ 131,4 bilhões no PLOA 2017,

excluída a reserva de contingência (GND 9), que soma R\$ 13,6 bilhões.

8. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) POR FUNÇÃO



Fonte: SIOP BI Gerencial/SOF.

As despesas com o PAC, marcadas com identificador de resultado primário 3 (RP 3), somam R\$ 35,9 bilhões

nos orçamentos fiscal e da seguridade social, inferior em R\$ 6,6 bilhões ao montante encaminhado no PLOA 2016.

9. GASTOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

O projeto prevê a aplicação de R\$ 83,8 bilhões na manutenção e desenvolvimento do ensino, com a utilização dos seguintes recursos: 18% da receita de impostos (R\$ 51,6 bilhões), conforme determina a Constituição, recursos ordinários (R\$ 20,8 bilhões), contribuição social do salário-educação (R\$ 5,6 bilhões), outras fontes vinculadas à educação (R\$ 4,4 bilhões) e demais fontes (R\$ 1,5 bilhão).

Para aplicação em ações e serviços públicos de saúde estão previstos R\$ 105,5 bilhões, o que corresponde a 13,9% da receita corrente líquida (R\$ 758,3 bilhões), percentual um pouco acima daquele exigido pelo art. 2º, inciso II, da Emenda Constitucional nº 86/2015 (13,7%).

10. ATENDIMENTO DE EMENDAS

Considerando a receita corrente líquida (RCL), às emendas individuais devem ser destinados R\$ 9,1 bilhões (1,2% da RCL), sendo R\$ 15,3 milhões por parlamentar. De acordo com o Substitutivo do PLDO 2017, em fase final de votação no Plenário do Congresso Nacional, R\$ 6,1 bilhões (0,8% da RCL) devem ser alocados em emendas prioritárias de bancada. Para o atendimento dessas e das demais emendas (exceto as de remanejamento), o Parecer Preliminar disporá sobre recursos que poderão ser utilizados, admitidos os

provenientes da reserva de contingência, do cancelamento de dotações consignadas às programações e, se dentro da margem que o teto de gastos permitir aproveitar, do eventual aumento da estimativa da receita. Considerando o valor da parcela primária da reserva de contingência geral de R\$ 13,6 bilhões (1,8% da RCL), ainda que seja integralmente utilizada, haverá necessidade de serem definidas outras fontes para o atendimento de emendas.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF (SF)
Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.leg.br/sf/orcamento>
Tel: (61) 3303-3318 | conorf@senado.leg.br

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF (CD)
Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil>
Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.leg.br

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal